

FORMAÇÃO E ÉTICA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Icarai Daiane Santana

Comunicação Oral

GT Didática, Prática de Ensino e Estágio

Este trabalho tem como objetivo principal promover uma reflexão crítica sobre a fundamentação dos valores que norteiam a prática pedagógica dos educadores. Para tanto discutimos os conceitos de razão instrumental e indústria cultural como elementos configuradores de valores na sociedade capitalista contemporânea, analisamos como a razão instrumental via indústria cultural e seu conteúdo semiformativo interferem na prática pedagógica de todos os níveis de ensino e na (de)formação da consciência moral dos educandos e, por fim, consideramos as possibilidades de uma formação ética relacionando-a aos elementos discutidos anteriormente. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em livros e revistas científicas relacionadas ao tema em questão. Ressaltamos que o referencial teórico fundamental é a teoria crítica frankfurtiana, representada aqui pelos trabalhos de Adorno sobre educação e indústria cultural e a obra escrita em parceria com Max Horkheimer “A Dialética do Esclarecimento”.

Os mecanismos de dominação social se propagaram em todos os estratos sociais alicerçados nos princípios da razão instrumental. Entre esses mecanismos a indústria cultural pode ser considerada um mecanismo sutil na massificação das consciências e transmissão ou ratificação de valores que interessam ao capital. A formação dos educadores como indivíduos e profissionais não escapa à lógica pragmatista dessa racionalidade, que se impõe para além das instituições de ensino formal. Desse modo, a realização de uma prática pedagógica que objetiva formar o sujeito autônomo e ético é obstaculizada pela semiformação generalizada pelos mecanismos da indústria cultural, práticas de gestão e organização do trabalho pedagógico alicerçados pela razão instrumental.

Nesse contexto de constantes transformações culturais e técnico-científicas fundamentadas na razão instrumental, o educador é requisitado a repensar sua formação, seu trabalho, a assumir uma postura conscientemente política e refletir sobre os valores que formam os educandos. É preciso resgatar o pensamento crítico para refletir sobre sua própria formação e a resistir aos entraves de modificar sua prática a favor de uma educação para emancipação: a formação do sujeito autônomo e ético.

Palavras-chave: razão instrumental, prática pedagógica e formação

FORMAÇÃO E ÉTICA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Icarai Daiane Santana¹

Comunicação Oral

GT- Didática, Prática de Ensino e Estágio

INTRODUÇÃO

A sociedade industrial, regida por princípios que subjugam o homem a mero instrumento de produção e consumo, tem provocado uma crise de valores advinda das rápidas transformações promovidas na vida social e na formação da consciência dos indivíduos.

Neste trabalho abordaremos a problemática da relação entre ética, educação e formação, como ponto crucial para a reflexão sobre os limites e possibilidades do processo educacional interferir positivamente no resgate de princípios éticos dissolvidos no desenvolvimento social e na construção de valores que recoloquem o ser humano em sua condição essencial de sujeito. O objetivo principal é promover uma reflexão crítica sobre a fundamentação dos valores que norteiam a prática pedagógica dos educadores. Para tanto empreendemos uma pesquisa bibliográfica em livros e revistas científicas relacionadas ao tema em questão, cujo referencial teórico fundamental é a teoria crítica frankfurtiana, representada aqui pelos trabalhos de Adorno sobre educação e indústria cultural e a obra escrita em parceria com Max Horkheimer “A Dialética do Esclarecimento”.

Discutimos os conceitos de razão instrumental e indústria cultural como elementos configuradores de valores na sociedade capitalista contemporânea, analisamos como a razão instrumental via indústria cultural e seu conteúdo semiformativo interferem na prática pedagógica de todos os níveis de ensino e na (de)formação da consciência moral dos educandos e, por fim, consideramos as possibilidades de uma formação ética relacionando-a aos elementos discutidos anteriormente.

Tratamos de uma educação emancipatória enfatizando as dimensões ética e política da prática educativa. A dimensão ética da prática educativa entrelaça-se com sua dimensão política. Não podemos falar em ética e formação de consciência sem abordarmos a questão política de tomada de partido frente a situação de crise da formação, consequência da

transformação da razão em seu oposto, o irracionalismo que alimenta os mecanismos opressores do indivíduo e da sociedade.

Compreendemos que os educadores, além de sua profissão, desempenham outros papéis na sociedade. Formam-se como indivíduos e educadores nessa mesma sociedade; portanto, são influenciados pela sua organização político-econômica. Pensar a formação ética é pensar em uma formação política, que reflete sobre si mesma, seus limites e determinantes sociais, resgatando a dimensão emancipatória da educação como formação humana.

Questionamos então se os educadores refletem sobre os valores que transmitem em sua prática pedagógica. Esses educadores compreendem a relação de seu trabalho com os aspectos determinantes da ordem social? Trata-se, em suma, de averiguar se a prática pedagógica desses educadores condiz com a exigência de formação de pessoas afinadas com o pensamento e a sensibilidade, não com a técnica. Ao analisarmos as possibilidades de uma formação ética, portanto política, questionamos como os aspectos determinantes dessa realidade social inviabilizam uma formação ética que se pretende emancipatória.

Os mecanismos de dominação social se propagaram em todos os estratos sociais alicerçados nos princípios da razão instrumental. Entre esses mecanismos a indústria cultural pode ser considerada um mecanismo sutil na massificação das consciências e transmissão ou ratificação de valores que interessam ao capital. A formação dos educadores como indivíduos e profissionais não escapa à lógica pragmatista dessa racionalidade, que se impõe para além das instituições de ensino formal. Desse modo, a realização de uma prática pedagógica que objetiva formar o sujeito autônomo e ético é obstaculizada pela semiformação generalizada pelos mecanismos da indústria cultural, práticas de gestão e organização do trabalho pedagógico alicerçados pela razão instrumental.

Nesse contexto de constantes transformações culturais e técnico-científicas fundamentadas na razão instrumental, o educador é requisitado a repensar sua formação, seu trabalho, a assumir uma postura conscientemente política e refletir sobre os valores que formam os educandos. É preciso resgatar o pensamento crítico para refletir sobre sua própria formação e a resistir aos entraves de modificar sua prática a favor de uma educação para emancipação: a formação do sujeito autônomo e ético.

RAZÃO INSTRUMENTAL E INDÚSTRIA CULTURAL: A CONFIGURAÇÃO DOS VALORES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O período histórico do Iluminismo (Séc. XVIII), denominado “século das luzes”, representa no plano do pensamento – da produção filosófica e científica – os ideais burgueses que tornaria os homens indivíduos autônomos. Os iluministas criam no poder da razão e do saber como instrumento de progresso da humanidade, libertando-a de “ *seus entraves, auxiliando-os a dominar e controlar a natureza externa e interna* ” (FREITAG, 1994, p.35) através do esclarecimento. Esclarecimento seria a conquista da emancipação, da autonomia, por meio da razão.

De acordo com Horkheimer (2002) a razão possuía duas dimensões que se complementavam: a razão emancipatória (objetiva) e a razão instrumental (subjetiva), estando esta a serviço daquela. A cisão se dá no momento mesmo em que, no curso do esclarecimento, a ciência e a técnica aliam-se irrevogavelmente ao capital. A razão instrumental subjuga a razão emancipatória na pretensão de desvelar a verdade dos fatos e garantir a maior margem de lucro para os detentores do poder econômico.

Sob o poderio da razão instrumentalizadora as condições objetivas de produção e reprodução do capital- o princípio da troca e do livre mercado – orientam tanto a produção material (através do desenvolvimento técnico-científico) como a produção espiritual (valores, cultura, visão de mundo). A razão amparada pelo pensamento positivista preocupa-se em conhecer a realidade tal qual é. A reflexão crítica é banida do pensamento e em seu lugar instaura-se o princípio da utilidade do pensamento, “ que serve a qualquer empenho, bom ou mau” (HORKHEIMER,2002, p.14).

Os indivíduos se vêem cada vez mais aprisionados no emaranhado de situações que lhes negam a dignidade de sujeito em nome do progresso da técnica, que proporciona o desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos bens materiais, enquanto o mesmo processo mantém as relações sociais de exploração impedindo as massas necessitadas de usufruir desses bens materiais e culturais de qualidade.

A razão desvinculada de seu conteúdo emancipatório formaliza-se: perde a capacidade de definir a necessidade e a validade dos fins que deseja alcançar e de refletir sobre princípios éticos (HORKHEIMER, 2002, p.13). Seu critério de verdade relaciona-se diretamente ao pragmatismo, ou seja, à praticidade e à funcionalidade.

A expressão mais onipotente da razão instrumental na sociedade é a indústria cultural: sua maior colaboradora na formação de indivíduos bem adaptados à sociedade vigente. O termo indústria cultural diz respeito ao processo de produção e distribuição mecânica de seus produtos – em que consiste sua técnica – segundo o princípio de mercantilização dos “bens culturais” desprovidos de qualquer conteúdo reflexivo. De acordo com Adorno (1985) são produtos e formas de exposição planejadas que objetivam difundir as ideias e comportamentos ajustados à realidade social, atrofiando a imaginação, a espontaneidade e o pensamento crítico. Seus conteúdos são regressivos, pois exigem do usuário comportamentos padronizados, operações mecânicas ou elementares.

A mercantilização da produção cultural é representada pela falsa ideia de democratização da cultura. Sob a máscara da democratização a indústria cultural manifesta a função de integração sob o rótulo da diversão, promovendo a introjeção de comportamentos adequados à manutenção do *status quo*, ao conformismo generalizado com a “qualidade de vida” e à rotina de trabalho.

O poder da indústria cultural se baseia na satisfação das necessidades que ela própria cria. Sob o véu da diversão e do lazer, a indústria cultural reproduz a rotina de trabalho: “A diversão é o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio” (ADORNO, 1985, p. 128).

Todos passam pela compartimentação da indústria cultural:

Para todos algo está previsto, para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu nível, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo”. Ainda, “O esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre a mesma coisa. [grifo nosso]. (ADORNO, 1985, p. 116).

O progresso tecnocientífico conjugado aos imperativos do capital possibilita à indústria cultural reproduzir as desigualdades sociais operando como uma verdadeira indústria da dominação. Seu conteúdo e sua forma substituem a vontade consciente de ser pela necessidade de ter, pela ilusão de pertencimento a um coletivo que na verdade isola as pessoas cada vez mais, apesar da revolução nas comunicações. A indústria cultural potencializa o fetiche da mercadoria, “*pois o consumo suntuoso e sedutor, em que a felicidade parece residir, provê a sensação de que, ao consumirmos os produtos propagandeados, imediatamente tomamos posse dos atributos vinculados*” (ZUIN et al, 2001, p. 68).

Todas essas características nos apontam o quanto é determinante a influência da indústria cultural na formação da consciência. “Sua ideologia é o negócio” (ADORNO, 1985, p. 128) e seu conteúdo a pseudocultura. Trata-se da pseudoformação cultural e ética socializada, cujo principal objetivo é a manutenção da estrutura social, do trabalho incessante e repetitivo do sempre igual com roupagens tecnológicas rebuscadas.

SEMIFORMAÇÃO: A PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE (DE)FORMA A CONSCIÊNCIA

Nesse contexto de ofuscamento da razão à pedagogia e aos professores é imprescindível a retomada da reflexão crítica a respeito da formação. Especificamente, é necessário retomar a reflexão sobre o sentido da formação humana e como as instituições de ensino formal tem contribuído para sua realização plena. Não temos conseguido oferecer formação elementar: a ausência de formação para o pensamento crítico é evidente nas avaliações periódicas realizadas pelos órgãos de controle e avaliação da educação. O que torna a situação atual da educação mais alarmante é sua incapacidade de desenvolver uma práxis reflexiva, crítica e transformadora para conseguir atingir o seu fim, uma educação para emancipação.

O conceito de emancipação tal qual Adorno descreve relaciona questões a respeito da formação cultural e da capacidade de pensar criticamente, guiar-se pelo próprio pensamento. Emancipação significa autonomia, conquista da “maioridade”. No artigo “Educação para Quê?” Adorno (1995) se refere à emancipação como conscientização e racionalidade, revelando seu caráter dialético que engloba momentos de resistência e adaptação, pois seria impotente e ideológica se excluísse completamente os momentos necessários de adaptação. Porém enfatiza que A educação [...] teria neste momento de conformismo onipresente muito mais a tarefa de fortalecer a resistência do que de fortalecer a adaptação”. (ADORNO, 1995, p. 144).

No entanto, a razão instrumental transparece nas práticas educativas como um todo não permitindo uma prática emancipatória: embora seja mais visível nas práticas de administração e gestão, seus princípios vicejam na estruturação do ambiente, das relações sociais na instituição educativa e na sala de aula de forma sutil, na metodologia de ensino, na seleção de conteúdos, na relação aluno / professor e até no material didático, que cada vez mais “sofisticado”, contribui mais para o pensamento operacional, mecânico, treino e desenvolvimento de habilidades que para o pensamento abstrato, rigoroso, disciplinado.

O espaço educativo constitui-se à semelhança da realidade social, incorporando as características de sua racionalidade. Se o critério de verdade e validade dessa razão relaciona-se ao pragmatismo, tendo na técnica seu suporte, os valores que determinam a prática pedagógica equivalem à praticidade, funcionalidade e eficácia.

As conseqüências dessa racionalidade instrumental é o atrofiamento do pensamento crítico. Trata-se de uma pseudoformação. O pensamento permanece engessado no esquema rígido e padronizado do uso da tecnologia e pela indústria cultural. Para Adorno (2010) a formação é a apropriação subjetiva da cultura, em que os sujeitos adquirem a capacidade de refletirem sobre si e o mundo autonomamente. Essa formação autêntica só é possível se estiver pressuposta a aptidão à experiência formativa, aquela experiência que permite o contato profundo com o objeto de conhecimento – o que requer tempo e continuidade – numa relação dialética em que objeto e sujeito se transformam ao mesmo tempo que se constituem.

A experiência formativa não encontra possibilidade de realização numa sala de aula onde os conteúdos selecionados e compartimentados em disciplinas são “ministrados” com a rapidez exigida pelo cumprimento dos planejamentos bimestrais, planos de ensino, etc., preocupa-se primeiramente, na prática, cumprir com o ordenamento da organização do trabalho pedagógico que já não é capaz de autorreflexão, incapaz de se pautar por princípios éticos.

Em geral as instituições de educação formal incorporam aos seus objetivos de formação as características da adaptabilidade social através da preconização do desenvolvimento de determinadas habilidades e valores nos alunos: cooperação, flexibilidade, eficiência, competitividade, sagacidade, etc. A questão é: porque preconizar esses valores e essas habilidades? Que princípio educativo fundamenta essa escolha? São os princípios do mercado de trabalho indiferentes á formação humanística dos indivíduos. Os educadores deveriam promover uma autorreflexão a respeito dos valores que trazem consigo e dos valores impostos pela sociedade para confrontá-los com os valores com os quais contribuem para formar o cidadão.

Espera-se que essa reflexão leve ao vislumbramento da educação como formação humana, que transcenda os limites impostos pelo processo de produção e circulação de bens e mercadorias, do ritmo desenfreado do trabalho alienado. São os valores que favorecem os interesses do capital que os professores também trazem consigo em sua formação como indivíduos – inconscientes ou não – e que compõem o currículo oculto da prática pedagógica. Além de sua formação profissional – que não é neutra em relação aos poderes estabelecidos – estão à mercê da pseudoformação socializada pela indústria cultural.

O conteúdo da semiformação é irracional e conformista, corrobora com a deformação da consciência, petrifica o pensamento e seu principal veículo é a indústria cultural e educacional, que não se apresenta somente como mídia eletrônica, mas em coleções de livros didáticos ou cursos aligeirados de qualidade duvidosa.

A semicultura é apreendida como verdade inquestionável; daí o poder dos meios de comunicação de massa como formadores de opinião e, portanto, responsáveis pela continuidade do estado de heteronomia no capitalismo tardio: “o a-priori do conceito de formação propriamente burguês, a autonomia, não teve tempo algum de constituir-se e a consciência passa diretamente de uma heteronomia a outra (ADORNO, 2010, p. 15)”.

A semiformação atrofia o pensamento crítico travando a experiência formativa. Conseqüentemente o indivíduo perde a capacidade de refletir sobre os valores que lhes são inculcados e de resistir, no plano da ação, a seus ditames.

A consciência é constituída objetivamente: os mecanismos objetivos e subjetivos de dominação têm sua origem nas necessidades de manutenção da sociedade baseada na desigualdade social. Desigualdade alicerçada na divisão do trabalho manual e intelectual, ou seja, a desigualdade social tem suas raízes nas condições objetivas de produção:

A formação que por fim conduziria à autonomia dos homens precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas a produção e a reprodução da vida humana em sociedade e na relação com a natureza. O poder das relações sociais é decisivo (...) não afetam somente as condições da produção econômica e material, mas também interagem no plano da “subjetividade”, onde originam relações de dominação. (MAAR in: ADORNO, 1995, p.19)

Essa situação de ausência do pensameto critico-reflexivo corresponde a um desafio aos educadores e pensamos que o primeiro obstáculo a ser vencido é a incapacidade de questionar sua própria formação como indivíduos e, depois, como educadores. Resgatar o pensamento crítico e rigoroso na análise das propostas pedagógicas, seus objetivos e métodos é pressuposto para análise da prática, confrontando os valores e objetivos do discurso oficial e suas pretensões ocultas para em seguida verificar com qual perspectiva estão colaborando em seu trabalho: resistência ou adaptação à sociedade vigente?

Seus valores devem ser levados á tona e repensados em prol de uma educação para emancipação, uma educação que não contribua para a reprodução da heteronomia. Pois o sujeito alienado de si não pode determinar-se; alienado da realidade não pode transformá-la.

Age e julga de acordo com os valores que lhes são inculcados ou com os quais se vê impelido a concordar para sobreviver com o mínimo de sofrimento possível.

PARA UMA FORMAÇÃO ÉTICA

Elucidar os múltiplos aspectos de uma formação ética ultrapassa os limites deste trabalho; porém faz-se necessário distinguir formação ética de educação moral. Para tanto precisamos distinguir os termos comumente usados como equivalentes: moral e ética.

Entendemos a moral como um conjunto de normas e regras de comportamento que regulam a ação dos indivíduos na comunidade ou grupo a que pertencem (VÁZQUEZ, 2007). Portanto, a moral não é única, existindo diferentes pontos de vista a respeito dos temas que o progresso da técnica e da ciência nos tem colocado, pois outros fatores, como a religiosidade, entram na discussão. Ética é o termo usado para identificar a reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Os princípios éticos indicam a validade ou não de valores morais. Segundo Vázquez (2007) seus princípios têm pretensão de validade universal e por isso encontramos dificuldades de uma fundamentação da moral a partir do ser humano concreto, de estabelecer princípios que fundamentariam a moral no plano da existência social, com todas as suas contradições.

Em um mundo organizado a partir da racionalidade instrumental, em que o rápido e constante desenvolvimento técnico-científico reformula as relações de produção material e cultural, colocando em risco o equilíbrio ecológico do planeta e a própria vida humana, o debate ético assume importância fundamental e pressupõe outra forma de conceber a educação.

A ação educativa é eminentemente ética, uma vez que o agir humano e o julgamento das idéias sobre o que é educação, como se dá o processo educativo e quais são seus fins exige reflexão e escolha. As concepções de educação são pensadas a partir de princípios e valores que objetivam formar os educandos pela transmissão de regras e normas de conduta e o desenvolvimento de habilidades necessárias para inserção na vida social. Por outro lado, a forma em que se estrutura o processo ensino /aprendizagem, o ambiente e a cultura própria de cada instituição de ensino e sua organização curricular decorre da aceitação de determinados valores em detrimento de outros. Essa seleção é um ato moral, pressupondo uma reflexão ética e política ao mesmo tempo.

As instituições de educação formal não são responsáveis apenas pela formação cognitiva dos educandos, mas também por sua formação cultural, ética e política. Em uma

sociedade de valores e interesses conflitantes, embora o fim último da ação humana tenha sido a integração ao sistema, parece-nos impossível ensinar uma moral como um conjunto de regras a serem internalizadas e esse tipo de ensino não seria recomendado para formar sujeitos críticos e pensadores. Diante da acelerada transformação técnico-científica e da conseqüente crise de valores tradicionais e daqueles preconizados pela razão iluminista, à educação se coloca um duplo desafio: refletir sobre os valores que comportam a idéia de cidadania e os limites de seu exercício efetivo - a elaboração de uma educação para emancipação que não esquece que a formação na sociedade atual não é de modo algum objeto exclusivo da disciplina pedagógica, das instituições de ensino, pois que a pseudoformação tratada acima é socializada, especialmente pela indústria cultural. Cabe às instituições educativas opor-lhe resistência.

Coêlho (2009) aprofunda a reflexão sobre o sentido da formação na sociedade atual. Segundo o autor:

A educação e a escola, bem como a política, forma de pensar e de recriar a cada momento a vida em comum, a vida pública, a pólis, só terão verdadeiramente sentido e razão de ser á medida que, nelas e por elas mesmas, sem depender de outras instâncias ás quais deveriam atender e servir e das quais seriam meios, se autojustificarem, se afirmarem como significativas e necessárias à humanidade, à sociedade e aos indivíduos em geral[...] E não serão os resultados, os produtos e os serviços prestados às nações, ao mito e à ideologia do desenvolvimento e do progresso da sociedade, ao pseudomercado, às empresas e à carreira dos indivíduos que as legitimarão, mas a causa mesma da humanidade, da cultura e da formação humana, da autonomia, da liberdade e da justiça, acima das nacionalidades e dos interesses, sempre contingentes e particulares. (COÊLHO, 2009, p. 204)

A crítica de Coêlho (2009) visa essa educação instrumentalizadora que se esquece de seu caráter ético e político, que não se guia por princípios éticos universais, como a dignidade humana, a justiça, a autonomia, a liberdade: deixam à margem a formação integral do homem por desprezar a formação ética e política e valorizarem a dimensão técnica de aquisição de habilidades.

A formação do sujeito ético é condição para participação crítica na vida política e acontece através da introdução dos educandos no debate ético exercitando o pensamento crítico no desvelamento da realidade. Formar o sujeito ético significa formar para autonomia, para a liberdade e para responsabilidade, características do cidadão em uma democracia efetiva.

É tarefa urgente da educação estabelecer como horizonte a educação para emancipação, a educação para o pensamento crítico que reconhece a utopia como possibilidade concreta de efetivação de outra ordem social, humana e racional. A “ [...] exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia” (ADORNO,1995, p.169).

A educação sempre se orienta na perspectiva de determinados interesses, não pode ser neutra e na nossa sociedade constitui-se meio de perpetuar a ordem vigente. Utilizar o espaço educativo para resistir à reprodução das desigualdades através de um novo projeto educativo exige dos agentes de ensino a consciência de que a dimensão técnica de seu trabalho “ [...] liga-se indissolivelmente à função política, e é por essa envolvida e assumida. Esse envolvimento, de acordo com o ponto de vista de classe, situa-se o educativo ao político e o refere ao econômico” (CURY apud RIOS, 1997, p. 44).

A prática pedagógica que pressupõe apenas a competência técnica, esvaziada de seu conteúdo político, resulta numa formação para adaptação social e na deformação da consciência crítica: na impossibilidade da ética.

ÉTICA, TEORIA CRÍTICA E FORMAÇÃO

De acordo com Lastória (2001), para os autores da Dialética do Esclarecimento vivemos em uma sociedade onde a ética – reflexão sobre os princípios e valores morais – é impossibilitada devido a separação entre ética e razão no transcurso do esclarecimento. A razão instrumentalizada não se orienta por fins universais (princípios éticos) e os valores que preconiza são pragmáticos e utilitários, não existindo conflito entre interesse e moral na ordem social.

À consciência em dissolução impõe-se o peso dos mecanismos de dominação reduzindo a capacidade de reflexão crítica dos indivíduos sobre sua existência no mundo e sobre a legitimidade dos valores que lhes são ora impostos, ora aceitos com resignação. Dessa forma, para Adorno e Horkheimer, a ética só é possível como teoria crítica da sociedade, como crítica da racionalidade instrumental, esclarecimento dos mecanismos de dominação objetiva e subjetiva, desvelamento dos conflitos da realidade social como contradições inerentes à organização do trabalho social e distribuição de seus produtos materiais e culturais.

É tarefa da educação trabalhar para formação de sujeitos emancipados: “De certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade”(ADORNO, 1995, pg143). Assim, a educação para emancipação é uma educação ética e política, para resistência

e contradição; é parte do processo de formação humana. Exige dos educadores o esclarecimento a respeito dos elementos que viabilizam a dominação social onipresentes na formação do indivíduo e a percepção que a neutralidade política é uma quimera.

Resgatar a capacidade de pensar o próprio pensamento é pré-condição para quem pretende ensinar a pensar criticamente. Tomar consciência da dimensão ética / política da prática pedagógica é consequência de uma observação mais acurada a respeito das intencionalidades educativas e seu processo de execução em sua relação com a sociedade mais ampla.

Sobre as dificuldades que se opõem à emancipação Adorno (1995) salienta a contradição social, a quase impossibilidade dos indivíduos viverem conforme sua autodeterminação, a heteronomia social, como reflexo da ausência de liberdade no mundo totalitário da mercadoria e da técnica. Ainda assim os entraves a uma prática pedagógica comprometida com as discussões a respeito da condição humana no mundo atual e com a resistência à dominação não podem justificar o derrotismo. A ética, baseada no exercício do pensamento crítico auto-reflexivo, é a instância mediadora entre a competência técnica e política do educador.

De acordo com Rios (1997) a parte que nos cabe como educadores é o desempenho competente de nosso trabalho como responsáveis pela mediação entre alunos e mundo sócio-cultural, é desenvolver a percepção de sua própria formação como indivíduo e profissional, pois no conceito de competência articulam-se as dimensões técnica, ética e política. Ser competente é buscar a melhor forma de fazer o trabalho ajustando o pensamento ético e político com os meios (instrumentos, métodos) adequados para atingir os objetivos. “Ser competente é saber fazer bem o dever. Ao dever se articulam, além do saber, o querer e o poder.” (RIOS, 1997, p. 9)

Adorno (1995) exorta-nos contra a tendência ao conformismo e a autolimitação no artigo “A Filosofia e os Professores” : ao expor os motivos que o levaram a dedicar-se ao tema da formação, Adorno percorre o caminho da reflexão sobre a formação dos professores e os princípios da razão instrumentalizada que se reflete na organização pedagógica e na própria formação dos indivíduos. A crítica da cultura e da formação cultural, alinhada ao desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da idéia petrificada de progresso, está explícita ao afirmar que não critica somente os reprovados na prova de admissão á docência, pois a maioria aprovada devido a criterios formais de avaliação também apresentam a mesma deficiência quanto ao modo de compreender a propria formação (ADORNO, 1995, p.52). Os critérios formais de pontuação, quantificados e calculados segundo as leis da estatística,

intervem decisivamente a favor da mediocridade intelectual, resultante da pseudoformação cultural.

Para Adorno é imprescindível que haja a compreensão da formação do professor como um intelectual. A postura do professor como intelectual está diretamente relacionada à capacidade de realizar a filosofia no seu trabalho, na análise de sua própria formação, nas relações entre cultura e sociedade, para além de seu campo de conhecimento específico. A filosofia como questionamento e admiração frente ao mundo, como busca de conhecimento, do saber, da cultura, deveria ser a base edificante do pensamento autônomo, independente, da indignação frente à situação vigente. A filosofia auxilia a ver o mundo das coisas e dos homens de forma mais profunda.

Coelho (2009, p.207) salienta pontos fundamentais para pensar a formação, em especial a formação dos educadores, para que empreendam uma prática pedagógica emancipadora e se relacionem com o saber de forma que, nas instituições educativas os educandos superem seus limites pessoais e/ou impostos pelas condições de existência social e cultural dessa sociedade. De acordo com o autor,

[...] sem uma formação para o pensar e o criar e uma educação preocupada em formar indivíduos capazes de interrogar as ideias, os conceitos, o real, a prática, a vida coletiva, a ação das pessoas, das instituições, do Estado, e de questionar a mídia, as várias modalidades de propaganda, de fanatismo e, sobretudo, sem professores que formem crianças, jovens e adultos nesse sentido, dificilmente haverá escola, pessoas e sociedades autônomas, livres e justas. Daí a importância da letras, das artes e da filosofia na formação humana, em particular, na formação dos educadores, de professores que não se deixem reduzir a burocratas que supostamente transmitem aos alunos o saber reduzido a informação. (COELHO, 2009, p.207)

A ética relacionada à educação nos leva ao questionamento e reflexão sobre os valores que fundamentam a formação e a prática docente. A função que o professor desempenha no ato educativo nas instituições de ensino formais revela-se como a concretização de concepções sobre a função social da educação e de sua prática na relação de ensino e aprendizagem e do conhecimento que estes tem a respeito da imbricação entre instituições de ensino formal e sociedade.

No contexto social do capitalismo tardio as instituições de ensino formal enfraqueceram sobremaneira sua capacidade de resistência aos valores reprodutores da alienação social, da barbárie organizada sob os princípios instrumentais da razão. Para Rios (1997) a ideologia liberal é propagada por ideias e práticas que naturalizam as diferenças

criadas historicamente nas políticas públicas, na organização curricular, metodologias de ensino, concepções de ensino e aprendizagem e na cultura educacional como um todo.

A dimensão política do ato educativo permite ressignificar o processo formativo. A intencionalidade da ação pedagógica denuncia o aspecto ético de escolha e tomada de decisões com base em princípios educativos, morais, econômicos, etc, caracterizando o relacionamento direto entre ética e política e entre estas e a capacidade técnica.

Outro aspecto fundamental para a formação do educador é apontado por Rios (1997) e Adorno (1995): trata-se da capacidade de elaborar o passado, perceber-se como sujeito histórico, compreender que a história equivale á memória, passado, presente e futuro. Elaborar o passado é resgatar o elo entre passado, presente e futuro, vislumbrando possibilidades de fazer um novo amanhã.

Para Adorno (1995) é preciso resgatar a capacidade de reelaborar o passado para evitar uma nova barbárie. A barbárie denunciada em primeiro plano é o nazismo e as condições econômico-sociais e psicológicas de outrora que ainda permanecem no seio da sociedade, alimentadas pela formação de um ego frágil, para o qual contribui a indústria cultural, a dissolução da família tradicional e os novos modelos de família, a má distribuição de renda que relega grande parte da população pobre à condições indignas de existência, o ritmo do trabalho reproduzido nas relações entre os indivíduos e na ausência de tempo para a experiência formativa.

De acordo com Adorno (1995) “Cada um sente por si próprio o que está faltando; sei que não disse nada de novo, mas somente expus algo que muitos não querem assumir como verdade” (ADORNO, 1995, p.72). É preciso decisão e coragem para servir-se do próprio entendimento, autonomia para transformar a prática pedagógica e a formação em prática da liberdade, da criticidade, da resistência á dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões éticas suscitadas pelo progresso técnico-científico e seus desdobramentos nas relações entre os homens e com a natureza, refletem a crise da cultura na sociedade contemporânea. Crise de valores e da formação: que tipo de formação exige a sociedade globalizada? A questão ancora-se em tantas outras, fundamentais, como: que sociedade queremos, em que mundo humano queremos viver? Compreendemos a educação, o processo

educativo nas instituições de ensino formais e fora delas, como processo de formação do homem. De que educação precisamos: aquela que fortaleça a resistência ou a adaptação ao existente?

Nesse contexto de constantes transformações a ética ressurgiu como tema privilegiado e indissociável da política na educação. O debate ético aponta novas diretrizes para a prática educativa e coloca a prática pedagógica em foco. O fim da educação volta a ser a formação humana para autonomia e liberdade.

O professor é requisitado a repensar sua formação, seu trabalho, a assumir uma postura política e refletir sobre os valores que transmitem aos educandos. São chamados a refletir criticamente sua própria formação e a resistirem aos entraves de modificar sua prática a favor de uma educação para emancipação. Pensar a própria formação requer coragem de servir-se do próprio entendimento: fazer autocrítica. Para tanto, o saber oferecido pelas ciências sociais e pela filosofia são fundamentais para ensinar a pensar, a criticar, a compreender os mecanismos de dominação social, econômica e política.

Esperamos ter contribuído para a reflexão acerca dos valores que norteiam a prática pedagógica, tocando a questão da formação dos educadores, corroborando para a formação da consciência em um contexto histórico que requer mais que nunca seu fortalecimento; a formação da consciência crítica orientada por princípios inalienáveis – como o respeito à dignidade humana e ao meio ambiente – que descobre a si mesma como reificada e chega à autonomia pronta para decidir os rumos de sua própria história.

À educação a exigência de trabalhar contra a barbárie; aos professores, primeiramente, a exigência de pensar o próprio pensamento.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Marx. A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento**. 2. ed. RJ: Jorge Zahar ed., 1985.

_____. **Educação e Emancipação**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1995.

_____. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio A. S. & LASTÓRIA(orgs). **Teoria Crítica e Inconformismo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

COELHO, Ildeu M. *Escola e Formação de Professores* in: COELHO, Ildeu M. (Org). **Educação, Cultura e Formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: ed. PUC, 2009. P.203-218.

HORKHEIMER, Max. Meios e Fins in: _____. **Eclipse da Razão**. SP: Centauro, 2002.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: O que é esclarecimento. In: Immanuel Kant – **Textos Seletos**. 2. ed. Vozes.1974.

LASTÓRIA, Luiz A. C. N. Ethos sem ética: a perspectiva crítica de T.W. Adorno e M. Horkheimer. **Revista Educação e Sociedade: Ética, Educação e Sociedade – Um Debate Contemporâneo**. Campinas, SP: nº 76, pg. 63 – 75, 2001.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. (Coleção questões de nossa época, v. 16). 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 29ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ZUIN, A. A. S; PUCCI, B; OLIVEIRA, N. R. de. **Adorno: O poder educativo do pensamento crítico**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001